

Jorge Fernando Leal Gonçalves

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia  
Legislativa Regional dos Açores  
Senhor Drº Luís Garcia

Horta 11-10-2023

Assunto: Entrega de Petição

Jorge Fernando Leal Gonçalves, residente na [REDACTED]  
[REDACTED], Conceição, CC [REDACTED], Nif nº [REDACTED], contacto de  
telemóvel nº. [REDACTED], primeiro peticionário vem nos termos legais,  
entregar uma Petição sobre (RAMPA) Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos,  
que se junta em anexo, com a seguinte designação:

**Petição sobre a proteção do mar dos Açores, através de Áreas  
Marinhas Protegidas (AMP) exigindo mais tempo para análise e avaliação  
do impacto socioeconómico da proposta na 2ª alteração ao Decreto  
Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, à Rede de Áreas  
Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA)**

Mais informo que devido a atrasos dos CTT, não foi possível receber algumas  
páginas originais proveniente de outras ilhas, pelo que as mesmas serão  
entregues logo que nos sejam entregues polos CTT.

Sem outro assunto com os melhores cumprimentos

Primeiro Peticionário

  
Jorge Fernando Leal Gonçalves

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

**Petição sobre a proteção do mar dos Açores, através de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) exigindo mais tempo para análise e avaliação do impacto sócioeconómico da proposta na 2ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, à Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA)**

Sobre o projeto de proposta da 2ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, à Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA).

Sobre o objetivo de o Governo Regional dos Açores visando proteger, até ao final de 2023, 30% do mar dos Açores, através de Áreas Marinhas Protegidas (AMP), com, pelo menos, 15% totalmente protegido, mediante o programa *Blue Azores*.

Sobre a Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Tenho plena consciência de que se deve proteger e conservar os oceanos, pelas diversas razões estudadas, como a poluição, a sobrepesca, as alterações climáticas, entre outros, mas também é preciso reconhecer tudo o que já foi feito nos Açores, em manter e preservar os recursos de forma sustentável, uma vez que é o futuro da pesca que também está em causa.

A pesca é uma atividade de grande importância para Portugal, quer economicamente, sendo o terceiro País do mundo com maior consumo de pescado, quer sociocultural, por haver diversas comunidades que dependem exclusivamente da pesca. O setor alimentar que abrange a pesca, a transformação e o armazenamento de pescado, e que também será afetado diretamente com a implementação de AMPS, apresenta um peso elevado na RAA, representando atualmente mais de 20% das exportações, garantindo a coesão territorial de dezenas de pequenas comunidades piscatórias distribuídas nas 9 ilhas dos Açores e distantes dos principais mercados.

Estima-se que aproximadamente 7.000 (sete mil) açorianos estão ligados à fileira da pesca, através da investigação, da produção, no setor associativo, na construção naval, em entidades governamentais, autoridades, indústria transformadora e comércio. Destes, cerca de 3.000 (três mil) são pescadores e armadores, que praticam uma pesca profissional artesanal e sustentável.

Neste sentido, é necessário ter em conta a sustentabilidade socioeconómica do setor, lembrando que existem muitos agregados familiares envolvidos na pesca.

**A percentagem de área imposta e a pressão na implementação de AMPs está a provocar uma enorme pressão, desconforto, desencorajamento ao investimento de comerciantes e investidores, e instabilidade junto dos pescadores açorianos que temem pelo encerramento da sua fonte de rendimento.**

Face a esta imposição, seremos "obrigados" importar e a ficar dependentes da pesca e aquacultura oriundas de outras regiões geográficas, feitas por métodos menos seletivos e menos sustentáveis.

Segundo a Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2030, da Comissão Europeia, "(...) pelo menos 30% das terras e 30% dos mares devem ser protegidos na União Europeia, e destes pelo menos 1/3 (cerca de 10%), deve ser estritamente protegido."

*"As metas dizem respeito à UE no seu conjunto e podem ser repartidas de acordo com as regiões biogeográficas e as bacias marítimas da UE ou a um nível mais local. Cada Estado-Membro terá de realizar a sua quota-parte do esforço com base em critérios ecológicos objetivos, reconhecendo que cada país tem níveis quantitativos e qualitativos diferentes de biodiversidade."*

Se um Estado-Membro tem até 2030 para proteger parte do seu mar, requeremos que este processo se realize de uma forma mais tranquila e ponderada, sem colocar em causa a sustentabilidade socioeconómica do setor das pescas.

Atendendo a que, dos cerca de um Milhão de quilómetros quadrados na zona económica exclusiva do "mar dos Açores", apenas 1% está disponível para a

Atendendo a que, dos cerca de um Milhão de quilómetros quadrados na zona económica exclusiva do "mar dos Açores", apenas 1% está disponível para a pesca, solicitamos um estudo de impacto socioeconómico no setor das pescas pela implementação das áreas marinhas protegidas.

Exigimos um plano de monitorização e fiscalização para as áreas que se pretendem proteger.

Exigimos um plano de gestão para o esforço de pesca que, desta forma, ficará limitado a menos espaço com tendência a aumentar.

Exigimos uma estratégia de reestruturação do setor. Um plano que envolva abates de embarcações e de artes de pesca, que envolva reorientação profissional ou a criação de rendimento complementar ou alternativo à pesca.

Exigimos um estudo sobre o impacto social e económico desta medida na comunidade piscatória e na fileira da pesca.

Por último, discordamos do resultado do processo do programa *Blue Azores*, designado de "participativo", uma vez que não tiveram em consideração as necessidades, sugestões e alterações propostas pelo setor das pescas.

**Qual a razão de ser desta atuação? Que alternativas foram estudadas? Exigimos o parecer do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores (IMAR/OKEANOS).**

Somos todos a favor da proteção e conservação dos oceanos, mas também dos valores da pesca açoriana e dos Açorianos!

Todo este entendimento é subscrito pelos armadores, pescadores dos Açores e ademais interessados, que irão assinar a presente petição pública.

Os subscritores (Armadores, Pescadores e ademais interessados)